

Topázio Energética S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 258ID-003-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Topázio Energética S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Topázio Energética S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Topázio Energética S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individual e consolidado para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 18 às demonstrações financeiras, que descrevem que durante o exercício de 2024 a energia gerada pela Companhia estava substancialmente concentrada na venda de serviços as suas controladoras CSN Cimentos e CSN Energia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individual e consolidada

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individual e consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individual e consolidada livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individual e consolidada, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individual e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individual e consolidada.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individual e consolidada, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individual e consolidada ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individual e consolidada, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individual e consolidada representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	5	188	104	38.631	34.060	Fornecedores	10	146	241	1.141	652
Contas a receber	6	-	-	1.159	2.127	Impostos e contribuições a recolher	11	13	13	296	662
Estoques		-	-	733	733	Dividendos a pagar	13	7.933	7.933	7.933	7.933
Outros ativos		3	-	1.152	679	Outras contas a pagar		-	-	42	134
Total do ativo circulante		191	104	41.675	37.599	Total do passivo circulante		8.092	8.187	9.412	9.381
Investimento	7	180.383	189.955	-	-	Adiantamento para futuro aumento Capital	14	500	-	500	-
Imobilizado	8	-	-	124.709	137.385						
Intangível	9	-	-	15.510	16.269						
Total do ativo não circulante		180.383	189.955	140.219	153.654	Total do passivo não circulante		500	-	500	-
						Patrimônio Líquido	12				
						Capital social	12.a	98.901	98.901	98.901	98.901
						Reservas de lucro	12.b	73.081	82.971	73.081	82.971
						Total do patrimônio líquido		171.982	181.872	171.982	181.872
Total do ativo		180.574	190.059	181.894	191.253	Total do passivo e patrimônio líquido		180.574	190.059	181.894	191.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	13	-	-	11.545	18.056
Custos dos serviços de energia elétrica	14	-	-	(14.036)	(12.239)
Resultado bruto		-	-	(2.491)	5.817
Equivalência patrimonial	7	148	7.556	-	-
Despesas administrativas	15	(10.038)	(9.978)	(10.238)	(10.196)
Resultado antes do resultado financeiro		(9.890)	(2.422)	(12.729)	(4.379)
Resultado financeiro	16				
Receitas financeiras		2	18	3.348	3.280
Despesas financeiras		-	-	(6)	(127)
Resultado financeiro líquido		2	18	3.342	3.153
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17	(9.888)	(2.404)	(9.387)	(1.226)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(501)	(1.178)
Resultado do exercício		(9.888)	(2.404)	(9.888)	(2.404)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do período	(9.888)	(2.404)	(9.888)	(2.404)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(9.888)	(2.404)	(9.888)	(2.404)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	98.901	11.675	73.700	-	184.276
Resultado do exercício	-	-	-	(2.404)	(2.404)
Destinações:					
Absorção de prejuízo	-	-	(2.404)	2.404	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	98.901	11.675	71.296	-	181.872
Resultado do exercício	-	-	-	(9.888)	(9.888)
Destinações:					
Absorção de prejuízo	-	-	(9.888)	9.888	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	98.901	11.675	61.408	-	171.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(9.888)	(2.404)	(9.387)	(1.226)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização de ágio alocado	8	9.720	9.720	13.937	13.241
Baixa de ativo imobilizado	8	-	-	-	229
Baixa direito de uso arrendamento	11	-	-	-	(31)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(148)	(7.556)	-	-
		(316)	(240)	4.550	12.213
Variações em :					
Estoques		-	-	-	(55)
Contas a receber		-	-	968	3.134
Outros ativos		(3)	18	(473)	(265)
Fornecedores		(95)	241	489	525
Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	-	(20)
Impostos e contribuições sociais a recolher		-	13	(259)	188
Encargos setoriais		-	-	-	9
Outras contas a pagar		(2)	-	(94)	36
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(608)	(1.130)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(416)	32	4.573	14.635
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de imobilizado e intangível	8	-	-	(502)	(130)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(502)	(130)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
AFAC		500	-	500	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		500	-	500	-
Aumento/Redução de caixa e equivalentes no exercício		84	32	4.571	14.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		104	72	34.060	19.555
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		188	104	38.631	34.060
Aumento/Redução de caixa e equivalentes no exercício		84	32	4.571	14.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Topázio Energética S.A. (“Companhia” ou “Topázio”) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto: a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, em especial em sociedades que possuem como objeto atividades relacionadas a exploração, produção, geração e comercialização de energia elétrica.

Em 08 de abril de 2022 a CSN Cimentos em conjunto com a CSN Energia assinou o contrato de compra para aquisição de 100% das ações de emissão da Topázio negociadas com Brookfield Americas Infrastructure (Brazil Power) Fundo de Investimento Participações Multiestratégia. A operação foi concluída em 30 de junho de 2022. A Topázio, através da sua controlada Brasil Central Energia Ltda, é titular da outorga para exploração da pequena central hidrelétrica de Sacre II, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, com contrato vigente até junho de 2039. Com uma capacidade instalada de 30,00 MW.

1.1 Autorização

Em 1º de julho de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas do capital social da Brasil Central Energia Ltda. (“BCELT”), que detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para exploração da PCH Sacre II, na forma de produtor independente de energia. A sua outorga teve seu início e término corrigido via Resolução Autorizativa nº 13.558 de 31 de janeiro de 2023, de acordo com a operação comercial de sua 1ª Unidade Geradora, resultando na tabela a seguir.

PCH	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Concessão	
				(MW)	Início	Término
SACRE II	MT	Produtor Independente	Autorização	30	18/12/2002	14/09/2036

A Companhia em virtude das características dos contratos de venda de energia (PPA) e dos clientes não observou alteração relevante em seu volume de operações, faturamento ou fornecimento de energia em virtude da pandemia da Covid-19.

Extensão de outorga

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 07 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da Aneel aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Companhia determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 30 meses, ao valor de R\$ 16.391. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da Aneel e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN nº 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu novo ajuste de R\$ 2.157, bem como extensão de 35 meses na sua respectiva outorga.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não financeiro de extensão de outorga reconhecido pela Companhia totalizou R\$ 18.548.

Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou a liquidação do passivo referente contas a pagar risco hidrológico no montante de R\$ 28.388.

PCH	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Término da Autorização	
				(MW)	Anterior	Atual
SACRE II	MT	Produtor Independente	Autorização	30	14/09/2036	31/12/2040

Venda de energia

O resultado de 2024, foi marcado por uma dinâmica de preços, visando majoritariamente o suprimento interno, que levou em consideração a continuidade das operações e investimentos necessários para as operações das usinas hidrelétricas. O mercado externo, foi devidamente impactado ao cenário energético marcado pela alta disponibilidade de recursos hídricos, trazendo o preço para baixo. Com isso, o volume de energia negociado em 2024 gerou uma Receita Líquida de R\$ 11.545, o que representa uma redução em relação ao ano anterior.

1.2 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 7.901 (R\$ 8.083 em 31 de dezembro de 2023).

A principal rubrica do passivo circulante refere-se aos dividendos a pagar no montante de R\$ 7.933 que não possuem vencimento e serão liquidados de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, portanto, o capital circulante negativo apresentado é momentâneo e será solucionado naturalmente através do caixa gerado pelas operações da Companhia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de agosto de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As práticas contábeis, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados os investimentos na controlada contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Os exercícios sociais da controlada incluída na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, por participação direta no capital social, como segue:

Controlada direta	Percentuais de participação	
	2024	2023
Brasil Central Energia Ltda.	100%	100%

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias a seguir de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são contas a pagar e dividendos a pagar.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 7), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Companhia naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. Na demonstração financeira consolidada, o ágio foi alocado na rubrica do ativo imobilizado.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Companhia realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Companhia.

g) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos diferenciados aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

h) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Método de depreciação

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro a seguir demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadrados nos ativos da Companhia à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

i) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

j) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

l) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 05 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de *Power Purchase Agreement* (PPA) e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado (CCEAR), assim como através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL). Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

m) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

o) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

q) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

r) **Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas**

Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram:

- Alteração ao IFRS 16 – Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback*;
- Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como “Circulante” ou “Não Circulante”;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Divulgações sobre operações de risco sacado.

Em relação as alterações supracitadas, a Companhia não identificou impactos significativos que viessem a alterar sua divulgação em se tratando de adoção e interpretação das normas; com exceção às alterações ao IAS 7 e IFRS 7, fruto da adição dos itens 44F e 44H ao Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa, que fornece maior detalhamento acerca das operações de risco sacado (entende-se também por “*forfeiting*”).

Em relação aos requisitos, normas, alterações e interpretações que entrarão em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, e a expectativa de seus respectivos impactos:

IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: propõe que as empresas divulguem informações financeiras, riscos e oportunidades em curto e longo prazo referentes a sustentabilidade, que sejam úteis para o usuário de propósito geral na tomada de decisões sobre fornecimentos de recursos a entidade. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima: estabelece os requisitos para a divulgação de informações relacionadas ao clima, e se aplica aos aspectos em que a entidade está exposta podendo ser riscos físicos, riscos de transição e oportunidades disponíveis para a organização. A norma pode ser adotada voluntariamente para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, com obrigatoriedade de adoção para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026;

Alteração na IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: estabelece requisitos a mensuração e divulgação de transações em moedas estrangeiras, conversão de saldos e o impacto das flutuações nas taxas de câmbio nas demonstrações financeiras. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, com possibilidade de adoção antecipada;

Alterações no IFRS 9 e IFRS 15 – Classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros: constitui devem ser classificados e mensurados os ativos e passivos financeiros; além de clarificar como as receitas relacionadas a esses instrumentos devem ser reconhecidas. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada.

Melhorias anuais ao IFRS – Volume 11. A adoção está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de adoção antecipada:

- IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro:** As mudanças visam esclarecer questões relacionadas à primeira aplicação das normas, garantindo uma adoção mais fluida para as empresas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** As emendas buscam melhorar as orientações sobre a divulgação de informações financeiras relacionadas a instrumentos financeiros, além de esclarecer a implementação de certos requisitos;

- iii) **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** As modificações visam corrigir inconsistências ou fornecer mais clareza sobre a aplicação de certas disposições desta norma, especialmente relacionadas à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros.
- iv) **IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas:** As melhorias tratam de questões menores sobre a aplicação de controle e a determinação de quando uma entidade deve consolidar suas subsidiárias;
- v) **IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As alterações são feitas para melhorar a clareza nas orientações sobre a apresentação dos fluxos de caixa, especialmente em relação às atividades de financiamento e a classificação de certos fluxos.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Nova norma que define nova estrutura para apresentação da Demonstração do resultado, com foco na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração como parte das demonstrações contábeis e novos princípios de agregação e desagregação de saldos a fim de padronizar e facilitar a comparabilidade e confronto com outros demonstrativos. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027, com possibilidade de adoção antecipada;

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Uma subsidiária elegível aplica os requisitos das outras Normas IFRS, exceto pelos requisitos de divulgação, aplicando, em vez disso, os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19. Os requisitos de divulgação reduzidos do IFRS 19 equilibram as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a redução de custos para os preparadores. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2027, com possibilidade de adoção antecipada.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e entende que, com base na relação supracitada, os requisitos, normas, alterações e interpretações que apresentarão impacto significativo e material nas demonstrações financeiras subsequentes serão as adoções do IFRS S1, IFRS S2, IFRS 18 e IFRS 19. As principais expectativas em relação às adoções mencionadas são a mensuração e reconhecimento dos itens pertencentes ao IFRS S1 e S2 relacionados à sustentabilidade e clima, a nova apresentação da Demonstração do resultado e informações adicionais relacionadas às subsidiárias, para enquadramento ao IFRS 19.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

- Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Partes relacionadas: apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas;

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários a vista	188	2	2.197	900
Aplicações financeiras	-	102	36.434	33.160
	<u>188</u>	<u>104</u>	<u>38.631</u>	<u>34.060</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, respectivamente nos anos 2024 e 2023.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias	288	317
Partes relacionadas (Nota Explicativa 19)	871	1.810
	<u>1.159</u>	<u>2.127</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as políticas da Companhia.

Em outubro de 2022 a CSN assumiu o controle da Companhia e passou a fornecer energia exclusivamente para suas partes relacionadas ocasionando a redução dos montantes a receber de terceiros e aumento de contas a receber de partes relacionadas.

Composição dos saldos por vencimento em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos a vencer	1.015	1.983
Saldo vencido até 30 dias	144	144
	<u>1.159</u>	<u>2.127</u>

7 Investimentos

Controlada	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Brasil Central Energia Ltda.	100,00%	100,00%	102.624	102.476	148	7.556	102.320	102.476	148	7.556
Ágio alocado na aquisição de controlada			-	-	-	-	78.063	87.479	-	-
Total			102.624	102.476	148	7.556	180.383	189.955	148	7.556

Movimentação dos investimentos

Controlada	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos	Saldo em 31/12/2024
Brasil Central Energia Ltda.	102.476	148	-	-	102.624
Ágio alocado na aquisição de controlada	87.479	-	(9.720)	-	77.759
Total	189.955	148	(9.720)	-	180.383

Controlada	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
Brasil Central Energia Ltda.	94.920	7.556	-	-	102.476
Ágio alocado na aquisição de controlada	97.199	-	(9.720)	-	87.479
Total	192.119	43.712	(9.720)	11.980	189.955

	2024				2023			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Brasil Central Energia Ltda.	103.670	1.194	102.624	148	103.670	1.194	110.032	7.556

8 Imobilizado

	Consolidado								Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Transmissão e distribuição	Estoque ativo fixo	Imobilizado em curso	
Em 31 de dezembro de 2022	274	113.618	2.009	39.281	-	11.066	516	230	166.994
Adições	-	-	-	-	-	-	-	130	130
Transferência para serviço	661	-	-	-	-	(661)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	(229)	(231)
Reclassificação *	-	(17.749)	-	(57)	57	-	-	-	(17.749)
Ágio alocado	-	(8.766)	-	(954)	-	-	-	-	(9.720)
Depreciação	(429)	298	(43)	(1.676)	(4)	(185)	-	-	(2.039)
Em 31 de dezembro de 2023	506	87.401	1.966	36.594	53	10.220	514	131	137.385
Adições	-	-	-	15	-	218	-	269	502
Ágio alocado	-	(8.766)	-	(954)	-	-	-	-	(9.720)
Depreciação	(32)	(572)	(164)	(2.002)	(6)	(680)	-	-	(3.458)
Em 31 de dezembro de 2024	474	78.063	1.802	33.653	45	9.758	514	400	124.709
Em 31 de dezembro de 2024									
Custo	1.111	206.713	4.652	82.773	102	22.375	514	400	318.640
Depreciação acumulada	(637)	(128.650)	(2.850)	(49.120)	(57)	(12.617)	-	-	(193.931)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	474	78.063	1.802	33.653	45	9.758	514	400	124.709

(*) Em 2023, os valores referentes a repactuação do GSF alocados na rubrica de Reservatórios no valor de R\$ 17.749, barragens e adutoras foram reclassificados para o Intangível.

9 Intangível

	Consolidado			Total
	Repactuação GSF	Softwares	Direito de uso - Locação de veículos	
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	162	162
Baixas	-	-	(162)	(162)
Reclassificação	17.749	-	-	17.749
Amortização	(1.480)	-	-	(1.480)
Em 31 de dezembro de 2023	16.269	-	-	16.269
Amortização	(759)	-	-	(759)
Em 31 de dezembro de 2024	15.510	-	-	15.510
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	18.548	12	-	18.560
Amortização acumulada	(3.038)	(12)	-	(3.050)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2024	15.510	-	-	15.510

(*) Em 2023, os valores referentes a repactuação do GSF alocados na rubrica de Reservatórios no valor de RS 17.749, barragens e adutoras foram reclassificados para o Intangível.

10 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e Serviços	146	241	1.141	652
	146	241	1.141	652

11 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	73	146
Contribuição Social	-	-	39	73
PIS	-	-	10	13
COFINS	-	-	44	60
Tributos Federais Retidos na Fonte	13	13	30	34
Tributos Estaduais Retidos na Fonte	-	-	86	327
Tributos Municipais Retidos na Fonte	-	-	13	9
	13	13	296	662

12 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 98.901, dividido em 163.637.306 (cento e sessenta e três milhões, seiscentas e trinta e sete mil, trezentas e seis) ações ordinárias, com direito a voto, todas sob a forma nominativa, sem valor nominal.

	2024			2023		
	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Capital Social Total	Ações ordinárias	Percentual do capital social	Capital Social Total
CSN Cimentos S.A	163.637.305	99,99%	98.901	163.637.305	99,99%	98.901
CSN Energia S.A	1	0,01%	-	1	0,01%	-
	163.637.306	100%	98.901	163.637.306	100%	98.901

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe dera Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou nadistribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de dividendos em aberto é de R\$ 7.933 (sete milhões e novecentos e trinta e três mil reais) decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios de 2022. Não houve a liquidação dos dividendos ao longo dos anos de 2023 e 2024.

13 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	12.098	22.652
Outras receitas	800	7
Total receita bruta	<u>12.898</u>	<u>22.659</u>
Deduções		
(-) PIS	(74)	(123)
(-) COFINS	(340)	(566)
(-) ICMS	(815)	(3.792)
Taxa de Fiscalização	(124)	(122)
Total deduções	<u>(1.353)</u>	<u>(4.603)</u>
Total receita líquida	<u>11.545</u>	<u>18.056</u>

14 Custo dos serviços de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(824)	(819)
Custo energia comprada	(651)	-
Materiais	(505)	(741)
Serviços de Terceiros	(5.747)	(4.628)
Arrendamentos e Aluguéis	(133)	(204)
Seguros	(253)	(371)
Tributos e taxas	(1.694)	(1.956)
Depreciação	(3.463)	(2.039)
Amortização	(761)	(1.480)
Baixa de imobilizado	(5)	-
Gastos Diversos	-	(1)
	<u>(14.036)</u>	<u>(12.239)</u>

15 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Terceiros	(318)	(258)	(500)	(450)
Amortização do ágio na aquisição de investimentos	(9.720)	(9.720)	(9.720)	(9.720)
Tributos	-	-	(17)	(25)
Gastos Diversos	-	-	(1)	(1)
	<u>(10.038)</u>	<u>(9.978)</u>	<u>(10.238)</u>	<u>(10.196)</u>

16 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Receita com Aplicações Financeiras	2	18	3.348	3.280
Total receitas financeiras	2	18	3.348	3.280
Despesas financeiras				
Juros e multas	-	-	(5)	(127)
Atualização monetária	-	-	(1)	-
Total despesas financeiras	-	-	(6)	(127)
	2	18	3.342	3.153

17 Imposto de renda e contribuição social

A Controladora apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social a pagar de acordo com o regime do “lucro real”. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões, de acordo com a legislação vigente.

O Imposto de Renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A Contribuição Social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Consequentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.888)	(2.404)
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	-	-
Efeito dos impostos sobre:		
Amortização de ágio alocado	-	-
Equivalência patrimonial	-	-
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

A controlada direta da Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados através de 'lucro presumido'. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a: (i) 8% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) do faturamento da Companhia acrescido de outras receitas operacionais para fins de imposto de renda; e (ii) 12% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) da mesma base tributável para fins de contribuição social.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido do adicional de 10%, sobre o excedente a R\$ 240. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável e recolhido trimestralmente, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ		
Receita bruta sujeita a 8%	11.283	22.659
Lucro presumido 8%	903	1.813
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	523	3.280
Base de cálculo do IRPJ	1.426	5.093
IRPJ 15%	213	763
IRPJ adicional 10%	119	485
Total a pagar IRPJ	(332)	(1.248)
CSLL		
Receita bruta sujeita a 12%	11.283	22.659
Lucro presumido 12%	1.354	2.719
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	523	3.280
Base de cálculo da CSLL	1.877	5.999
CSLL 9%	169	540
Total a pagar CSLL	(169)	(540)
Total IRPJ e CSLL	(501)	(1.788)

18 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos diferenciados em relação ao mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Contas a receber	(a)				
CSN Cimentos		-	-	871	1.810
		-	-	871	1.810
Dividendos a pagar	(b)				
CSN Energia		7.933	7.933	7.933	7.933
		7.933	7.933	7.933	7.933
Resultado					
Venda de energia	(c)				
CSN Cimentos		-	-	15.906	15.906
CSN Energia		-	-	384	384
		-	-	16.290	16.290

- a) Contas a receber de outras empresas do grupo;
- b) Dividendos a pagar para outras empresas do grupo;
- c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- d) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- e) Conforme acordado entre as partes, referente à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;

19 Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

	Nota	Consolidado					
		31/12/2024			31/12/2023		
Ativos financeiros mensurados a valor justo		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	36.434	36.434	Nível 2	33.160	33.160	Nível 2
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	2.197	2.197		900	900	
Contas a receber de Concessionárias	6	1.159	1.159		2.127	2.127	
		<u>3.356</u>	<u>3.356</u>		<u>3.027</u>	<u>3.027</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	7	1.141	1.141		652	652	
Dividendos		7.933	7.933		7.933	7.933	
		<u>9.074</u>	<u>9.074</u>		<u>8.585</u>	<u>8.585</u>	

20 Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua investida não possuem contingências classificadas como provável. No processo de análise das causas efetuado pela Administração da Companhia e seus consultores jurídicos foi considerada a real configuração de contingência, assim como foi avaliado o risco financeiro envolvido.

Contudo, a Brasil Central tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificado pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ações tributárias	2.041	1.879
	<u>2.041</u>	<u>1.879</u>

21 Gestão de risco financeiro

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Companhia entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) Risco hidrológico

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado spot ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de hedge compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimento participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a controlada da Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a controlada da Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

vii) Risco de não renovação da autorização

A controlada da Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa Aneel nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26^º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ou Distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a controlada da Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

viii) Derivativos

Durante os exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia e sua controlada não negociaram com instrumentos financeiros derivativos.

22 Seguros

A Controlada da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 150.000 (R\$ 4.320 em 31 de dezembro de 2023).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.